

SOMOS CHEGA!

Programa Eleitoral do CHEGA-Madeira
Eleições Legislativas de 2024

1: Luta contra a Corrupção

Promover a reforma do sistema político como canal e plataforma para combater a corrupção, o amiguismo, o compadrio e o nepotismo em todos os sectores da Administração Pública, restaurando, assim, os elos de confiança que devem existir entre a populações e as instituições da Administração Pública, as quais, por sua vez, devem ser movidas, única e exclusivamente, pelo desejo de servir a Causa Pública e de colocar o poder político ao serviço das populações.

- Reduzir todos os cargos supérfluos ou redundantes.
- Extinguir os institutos e similares desnecessários.
- Criar um gabinete de combate à corrupção.
- Garantir a total transparência em todos procedimentos públicos, incluindo aqueles que se possam referir a concursos públicos e adjudicações diretas para a realização de empreitadas, aquisição de materiais e prestação de serviços à Administração Pública.
- Valorizar o mérito profissional, a experiência laboral e a qualidade curricular no acesso aos quadros da Administração Pública, em detrimento da cunha e do compadrio.
- Combater as redes de influência instaladas entre certos grupos económicos e a Administração Pública, eliminando o conluio, a conivência e o favorecimento que delas tem emanado.
- Eliminar todos os benefícios fiscais dos partidos, tais como aqueles que presentemente existem em sede de IVA, IMI, IMT, imposto selo e imposto sobre sucessões.
- Defender a independência rigorosa do sistema de Justiça quanto ao poder político de forma a evitar que a Democracia ceda ao vício autoritário da concentração de poderes nos agentes políticos.
- Limitar a doze (12) anos o período máximo de permanência na liderança de quaisquer órgãos sociais em instituições do Estado, assim como cooperativas, fundações, instituições sem fins lucrativos, instituições de interesse público e organizações que recebem apoios financeiros da Administração Pública.
- Exigir que a gestão de todas as secretarias, instituições e organismos que estejam direta ou indiretamente relacionadas com o governo regional se orientem por critérios elevados de sustentabilidade, boa gestão e transparência.

2: Reforço da Autonomia

Defender de forma comprometida, constante e intransigente a Autonomia Política como património e recurso político fundamental para a prossecução dos legítimos objetivos, interesses e aspirações das populações da Madeira e do Porto Santo.

- Extinguir do cargo de Representante da República.
- Reforçar os poderes autonómicos, que deverão ter como únicos limites o exercício dos poderes respeitantes as áreas da Segurança Social, Segurança Interna, Defesa, Justiça e Política Externa.
- Reforçar a presença e a capacidade de intervenção dos órgãos de governo próprio da Região junto do Governo da República e da União Europeia.
- Aumento das transferências do Estado para a Região, especialmente para colmatar custos acrescidos em sectores como, por exemplo, a Saúde e a Educação.
- Alterar da Lei das Finanças Regionais.

3: Defesa da Identidade Cultural

Defender as tradições e a identidade cultural da Madeira e do Porto Santo como veículos privilegiados para a afirmação da singularidade das várias populações que formam a nossa região autónoma, todas elas detentoras de um percurso histórico rico e único.

- Proteger o património cultural edificado.
- Incentivar, apoiar e divulgar as tradições culturais madeirenses.
- Reforçar o quadro de apoios aos agentes culturais, incluindo em sede fiscal.
- Garantir a total transparência nos concursos e procedimentos que determinam a atribuição de verbas públicas a iniciativas e agentes culturais, de forma a evitar situações de amiguismo e compadrio.
- Apoiar os agentes culturais nas suas deslocações a organizações e eventos realizados no Porto Santo.
- Rever o sistema de taxas que se aplicam aos eventos culturais, tradicionais ou religiosos.
- Reforçar os hábitos de leitura através do financiamento de uma rede de bibliotecas ambulantes no meio rural.
- Apoiar os espaços de cultura e desenvolvimento cultural como incubadoras de novos talentos e espaço de trabalho dos existentes, e não como contextos para a promoção de interesses partidários.
- Exigir que a República cumpra as suas obrigações em matéria de manutenção do património que detém na Região Autónoma da Madeira, algum do qual constitui motivo de vergonha e embaraço.
- Contrapor o revisionismo histórico da cultura e das tradições, o qual está ancorado em demagogias baratas e perigosas que existem na sombra do pretexto de um Estado laico.

4: Reforma dos Transportes e das Ligações Aéreas e Marítimas

Reformar os moldes de operação das ligações aéreas e marítimas para que as mesmas possam constituir plataformas eficazes e transparentes no combate ao isolamento geográfico e aos desafios associados à condição de periferia e de ultraperiferia, assegurando, assim, a plena integração da Madeira e do Porto Santo nos contextos sociais, económicos, comerciais e culturais da República Portuguesa, da União Europeia, da Diáspora Madeirense e da comunidade internacional de países.

- Negociar a eliminação do sistema dos reembolsos, de forma a que os passageiros paguem apenas o valor fixo nas passagens aéreas ente a região e a parcela continental da República.
- Eliminar os portes de envio para as regiões autónomas
- Estabelecer uma frente comum com a Região Autónoma dos Açores em matéria de ligações aéreas de maneira a criar e reforçar o fluxo de passageiros entre os dois arquipélagos.
- Eliminar todas as práticas ilícitas de concertação de preços e de cartel na gestão dos transportes marítimos.
- Promover a concorrência na realização e operação dos transportes marítimos, incluindo entre as ilhas da Madeira e do Porto Santo.
- Recuperar o transporte de passageiros e carga entre a Região Autónoma da Madeira e a parcela continental da República por via da operação regular de um 'ferry'.

5: Valorização do Sector Primário

Valorizar e dignificar o sector primário para que o mesmo possa operar como fator de afirmação, dinamização, diferenciação e competitividade do tecido económico regional, assim como se constituir como um canal para o aproveitamento responsável e sustentado das muitas riquezas naturais da nossa região autónoma.

- Valorizar o pescado, os produtos agrícolas e outros bens resultantes das práticas piscatórias e agrícolas.
- Criar mecanismos eficazes que protejam quem trabalha e permita que usufruam de maiores e melhores rendimentos, combatendo a especulação do mercado.
- Agilizar o licenciamento para a atividade de embarcações de pesca e explorações agrícolas.
- Revogar todos os sistemas de apoio ao sector primário que não assentem numa base total de transparência, mas, pelo contrário, alimentam situações de corrupção e compadrio com o objetivo de apoiar a subsidiar aquilo que não pode, nem deve, existir à custa do erário público.
- Promover a defesa da ‘Marca Madeira’, colocando termo a práticas fraudulentas que estão disseminadas e que procuram sobreviver, denegrindo o valor, qualidade e genuinidade dos produtos produzidos na Região.
- Defesa do mundo rural, no respeito das boas práticas agrícolas e dos bons costumes de bem-estar animal, contra todas as ameaças do fundamentalismo animalista.
- Criar um sistema de georreferenciação em tempo real de todas as embarcações piscatórias que ajude a garantir a segurança das embarcações e das tripulações.
- Reduzir o perímetro de proibição de pescas em torno das Ilhas Selvagens das actuais doze milhas para duas milhas, criando uma zona de regime misto entre as doze e as duas milhas.
- Exigir que o Estado realize uma melhor fiscalização do mar da Região Autónoma da Madeira, protegendo-o da pesca ilegal.

6: Reforço da Coesão Social

Promover a coesão social como meio para garantir a dignidade de cada ser humano, a prosperidade coletiva, a solidariedade, a autorresponsabilidade, a valorização da Vida Humana e o contributo fundamental de todos os cidadãos para o Bem Comum, rejeitando sempre a distopia da vitimização e do recurso abusivo aos apoios públicos, fatores, esses, que são geradores de injustiças sociais, debilidade económica, intervencionismo estatal e empobrecimento generalizado das comunidades.

- Combater incessantemente a toxicodependência, um flagelo social que tem vindo a agravar a prática de crimes violentos, principalmente com o surgimento das novas drogas sintéticas.
- Combater o abandono de idosos em lares e em centros prestadores de apoio médico.
- Fomentar o aumento no número de lares de idosos e na capacidade instalada dos lares já existentes.
- Promover o aumento das condições de permanência, ocupação de tempos livres e ocupação laboral adequada para pessoas portadoras de deficiência física e mental.
- Combater a subsidiodependência, incluindo através de uma fiscalização mais eficaz aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção.
- Garantir que todos os beneficiários do Rendimento Social de Inserção têm uma ocupação digna e retribuem o apoio recebido através do trabalho no tecido económico e produtivo da comunidade.
- Combater o uso abusivo dos programas ocupacionais para colmatar carências permanentes nas instituições e organizações que recorrem a esse tipo de programas.
- Combater e punir, nos termos máximos e mais pesados da lei, a violência doméstica sobre mulheres, crianças, jovens e idosos, assim como a violência no namoro, o 'bullying' e o 'cyberbullying'.
- Pugnar pelo agravamento das penas de todos os crimes relacionados com todos os tipos de violência de género, contra crianças e sexual.

7: Dignificação da Saúde

Assegurar o funcionamento estável do Sistema de Saúde, a valorização dos seus quadros e a qualidade do serviço que é prestado aos cidadãos que a ele recorrem, aspetos que são fundamentais para garantir uma sociedade que saiba viver de acordo com o princípio da Dignidade Humana, cuidando dos mais frágeis, restaurando a integridade física e psicológica daqueles que são afetados e pugnando por um bem-estar global que reforce a confiança do cidadão nos meios físicos e humanos ao dispor para o seu tratamento.

- Reduzir as listas de espera para consultas e cirurgias médicas, incluindo através do recurso a centros de medicina privada, sem que tal aporte custos adicionais para o utilizador, especialmente em situações de atraso acima do razoável.
- Aumentar as valências disponíveis nos centros de saúde e promover as deslocações de especialistas às mesmas.
- Defender a implementação de uma plataforma 'online' de marcação de consultas e atos médicos, conforma já é feito em vários centros de saúde privados, de forma a tornar o sistema mais transparente e menos permeável à cunha, amiguismo e corrupção.
- Pagamento das dívidas aos fornecedores de bens e serviços de forma a garantir o fornecimento contínuo de materiais e medicamentos que são fundamentais ao bom e regular funcionamento do sector.
- Redução dos valores praticados no parque de estacionamento do Hospital Central do Funchal.
- Valorizar a Saúde Mental, apostando na criação da figura do Psicólogo de Família.
- Tendo em conta que está cientificamente comprovado que os animais de estimação contribuem para a saúde física e mental dos demais residentes, contribuindo, dessa forma, para o seu bem-estar físico e psicológico, estabelecer apoios e benefícios fiscais a famílias que sejam detentoras responsáveis de animais de estimação.

8: Dinamização da Economia

Garantir a boa gestão dos recursos comuns e estimular a criação de valor acrescentado, zelando sempre pelo interesse geral, pela aposta na iniciativa privada que é geradora de emprego digno e pela solidariedade entre os membros das comunidades, todos os quais têm a obrigação de contribuir de forma responsável e equilibrada para melhorar a vida coletiva.

- Combater a pobreza que alastra, incluindo a denominada ‘pobreza escondida’, que fazem da Região Autónoma da Madeira uma das zonas mais pobres do país.
- Redução do IVA da eletricidade, do gás, da água e da restauração.
- Apostar na diversificação do sector produtivo de forma a evitar e dependência excessiva da região relativamente ao mercado turístico, a qual pode ser fonte de volatilidade e fragilidade económica.
- Combater todas as formas de especulação, incluindo a imobiliária, que tanto contribui o agravamento da pobreza, para a falta de oportunidades e para a injustiça social.
- Defender o Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM), o funcionamento do qual deve ser pautado pela estrita adesão aos padrões mais elevados de transparência e boas práticas, evitando, assim, a distorção da sua imagem pública e da relevância do seu papel económico e comercial.
- Canalizar os apoios ao investimento que são provenientes da União Europeia para as empresas e para as famílias, em detrimento de investimentos públicos, especialmente em áreas onde a iniciativa privada pode melhor exercer essa função.
- Desafiar as autarquias a rever os Planos Diretores Municipais, nos prazos legais, por forma que os mesmos não se convertam em forças de bloqueio ao investimento.
- Sensibilizar a Universidade da Madeira no sentido de aumentar o contributo dos seus quadros e investigadores para o reforço dos sectores de atividade económica onde a região é, ou possa ser, verdadeiramente competitiva.
- Impedir a concorrência desleal das cooperativas e do Estado para com a iniciativa privada.
- Combater a subsidiodependência de organizações e entidades que, em termos práticos, sobrevivem à custa dos apoios públicos, não prestando à sociedade um serviço condigno e merecedor da aposta do dinheiro dos contribuintes.

9: Valorização da Educação

Defender a escola como o elevador social por excelência, no qual um ensino de qualidade, de acesso universal e gratuito pode desempenhar um papel fundamental para quebrar ciclos endêmicos de pobreza, exclusão social e falta de prosperidade coletiva, num verdadeiro espírito de missão, que não é exclusivo do ensino público, mas é extensivo ao ensino privado e cooperativo.

- Reforçar a dignidade e a autoridade dos professores, educadores, auxiliares e todos os demais agentes ativos do ensino, pressuposto básico no combate à indisciplina no meio escolar.
- Combater o volume dramático e crescente da burocracia no trabalho dos docentes.
- Pugnar pela dignificação da imagem do professor e da carreira docente, não só em termos financeiros, mas também em termos de reconhecimento público pelo inestimável e imprescindível trabalho que desenvolvem em prol da formação das gerações mais jovens.
- Combater o insucesso escolar.
- Implementar modelos de ensino de âmbito mais laboral.
- Desafiar os jovens a serem agentes ativos na prevenção e combate às toxicodependências e às dependências tecnológicas.
- Introduzir nas escolas ações de formação política como forma de combater a abstenção e a estimular um maior envolvimento das gerações mais novas na vida cívica das comunidades.
- Combater a iliteracia económico-financeira através da introdução de ações de formação nessa área, em ligação estrita à disciplina de Matemática.
- Combater a transformação das escolas em espaços de aculturação ideológica, com especial preocupação no que toca à difusão de determinadas ideologias de género e da sexualidade precoce.
- Fomentar o ensino artístico e tecnológico.
- Premiar as famílias em que os filhos tenham sucesso escolar através da atribuição de majorações ao abono de família, tendo sempre em conta o custo que o insucesso escolar tem para a sociedade, em geral.

10: Reforço da Segurança

Afirmar o direito universal à proteção e segurança dos indivíduos, da propriedade e de todos os bens resultantes do trabalho, conferindo especial atenção às pessoas vulneráveis, razão para sermos sérios e intransigentes na defesa do respeito pela autoridade moral e cívica dos corpos policiais e das demais forças de segurança.

- Assegurar a operacionalidade e eficácia da resposta das forças de segurança ameaças que confrontam a sociedade, garantindo-lhes os meios financeiros, humanos e logísticos adequados ao cumprimento da sua missão e à exigência da mesma.
- Implementar todas as reformas administrativas, logísticas e legislativas que visem conter os custos da operacionalidade das forças de segurança.
- Garantir a disponibilidade dos recursos necessários para enfrentar ameaças que se têm vindo a agravar e a aprofundar, entre as quais a criminalidade associada aos sem-abrigo e à toxicodependência, branqueamento de capitais, enriquecimento ilícito, guetização urbana, tráfico de seres humanos e demais práticas ilegais.
- Lutar pelo reforço da dignidade pessoal, familiar e profissional dos agentes das forças de segurança.
- Defender uma cultura cívica de respeito pelas instituições que se dedicam à segurança e os seus respetivos agentes.
- Pugnar pela integridade ética e moral dos corpos policiais, desagrandando-os da tácita suspeita de culpabilidade 'a priori' e dos julgamentos sumários que são tantas vezes promovidos na praça pública quanto a profissionais sérios que dão o seu melhor no cumprimento da sua missão.
- Defender a valorização da carreira de bombeiro, garantindo os meios logísticos, o apoio financeiro, o reconhecimento da carreira e a afirmação social da importância da missão de todas as corporações na defesa do ambiente e do património.

11: Defesa do Ambiente

Lutar pela preservação do ambiente como prioridade, a qual resulta do facto de que somos os herdeiros de um património natural milenar e, por isso, intergeracional. Por sua vez, isto exige o reconhecimento da defesa equilibrada e ponderada do ambiente como causa humanista, a qual deve ser sempre articulada com o desenvolvimento sustentado da economia, em especial o turismo, que é a nossa principal indústria.

- Promover a coexistência natural e pacífica entre as comunidades e a natureza, impedindo estas de modificar o estado natural do meio-ambiente e da paisagem, escudando-se em projetos e teorias económicas que apenas agridem e destroem a incomparável riqueza natural da região.
- Repensar o monopólio da Empresa de Eletricidade da Madeira em matéria de produção e fornecimento de energia, estimulando a entrada de empresas que aportem competitividade ao sector, com benefícios económicos para o consumidor, e que assegurem um recurso cada vez maior a fontes alternativas de energia limpa.
- Apostar nas energias renováveis, aumentando a sua penetração no mercado energético regional e reduzindo ao máximo a dependência dos combustíveis fósseis.
- Preservar a paisagem, reconhecendo-a como elemento fulcral do ordenamento territorial, assim como património ambiental, cultural e imobiliário de valor incalculável.
- Lutar contra a massificação turística dos espaços ambientais e de lazer, a qual é causadora de danos indesejáveis que são motivados apenas pela busca de maior lucro.
- Fundir a secretaria do Ambiente com as secretarias da Agricultura e do Mar e Pescas de forma a economizar recursos e garantir a harmonização das políticas agrícolas e piscatórias com as práticas ambientais que devem nortear o exercício do sector primário e de todo o desenvolvimento regional.

12: Valorização da Família

Reconhecer o papel nuclear da família como estrutura base da sociedade e realidade sociológica, psicológica e económica anterior ao Estado e humanamente insubstituível, sendo nela transmitida a vida e um conjunto de equilíbrios afetivos, emotivos e comportamentais, assim como saberes, tradições e património que sustentam a dignidade e prosperidade dos indivíduos e dos povos.

- Defender o papel central da família na definição de todas as políticas públicas, as quais se devem submeter aos princípios da harmonia e da inviolabilidade dos laços familiares.
- Reforçar o envolvimento e a participação da família no processo educativo e formativo das gerações mais novas.
- Apoiar a natalidade e a fixação das famílias em concelhos com perdas crónicas de população.
- Eliminação do IVA em todos os produtos para bebés e crianças até aos cinco (5) anos de idade.
- Eliminação do IVA em todos os produtos para pessoas com alergias ou intolerâncias alimentares.
- Defender o respeito pelos mais velhos e cultivar a proximidade intergeracional.
- Condenar, nos termos mais fortes, todos os tipos de violência familiar, incluindo a violência de género, infantil, contra os jovens e contra os idosos.
- Defender o direito à habitação digna como direito humano, e, como tal, lutar contra todas as formas de especulação e todos os comportamentos irregulares e desumanos do mercado que se afirmem como forças de bloqueio à compra de habitação própria a preços e em condições aceitáveis e enquadradas na realidade económica da Região e do país.